

Dioocese de Natal



Edição Comemorativa do Centenário

Dom Eugênio explica a origem do Movimento de Natal

Em grupo de apenas seis Padres da Arquidiocese de Natal, na década de 60, criou o hábito de se reunir regularmente, todo mês, para tentar responder uma pergunta que os inquietava: “como podemos servir melhor à Igreja?” Daí, surgiram várias respostas em forma de pequenos movimentos inovadores que se transformaram num conglomerado de ações, gerando o chamado Movimento de Natal. Neste grupo estava Dom Eugênio de Araújo Sales, então Administrador Apostólico da Arquidiocese de Natal, hoje Cardeal e Arcebispo Emérito do Rio de Janeiro. No seu pastoreio surgiram ações como a Campanha da Fraternidade, que depois se projetou nacionalmente; administração de paróquias por

freiras, as chamadas irmãs vigárias; a distribuição da sagrada comunhão pelas freiras, com autorização do Papa, fazendo surgir a figura do Ministro Extraordinário da Comunhão Eucarística, entre muitas outras que ele narra nesta entrevista, inclusive, sobre sua participação no Concílio Vaticano II e a relação com os Papas.

A Diocese de Natal chega ao centenário com uma rica caminhada histórica, com várias ações no campo da Doutrina Social da Igreja, dando origem ao que se convencionou chamar Movimento de Natal. O que foi o Movimento de Natal?

O Movimento de Natal foi o resultado de um amor à Igreja que fez, aproveitando a situação do

momento, conservar e promover não só indivíduos, mas toda coletividade. O Movimento de Natal partiu de uma série de pequenos movimentos e se fez um conglomerado único. Daí, surgiram várias ideias. Era um pequeno grupo de padres - seis - que se reunia em Ponta Negra para examinar como é que poderíamos servir melhor à Igreja. A partir disso, surgiram várias outras iniciativas, com a Rádio Rural e outras promoções que foram realizadas... Tudo dentro do princípio da visão da Igreja. Nós não tínhamos visão ideológica e nem política, mas de amor à Igreja. As perguntas que fazíamos eram: estamos servindo bem à Igreja? Sabemos o que a Igreja quer? O que podemos fazer, ainda? Porque, naquela época, ainda não





havia a ideia que surgiu do Vaticano II. Nós estávamos angustiados. Uma vez, Dom Alair (na época, Pe. Alair Vilar Fernandes de Melo) perguntou: será que a Igreja quer o que estamos fazendo? Porque queríamos fazer o que a Igreja queria. Mas, isso, com aspectos novos. Isto partiu deste pequeno grupo de Natal e se expandiu para o âmbito nacional, como a Campanha da Fraternidade, que é um caso concreto, e as escolas radiofônicas também. Nós nos reuníamos uma vez por mês. As reuniões eram a parte básica. Daí, veio um desdobramento, que teve um efeito muito bom. Casos concretos: a CNBB se divide em regionais e o primeiro regional foi o do Nordeste, do Maranhão à Bahia e se reunia em Natal; as escolas radiofônicas, que depois se tornaram

em MEB - Movimento de Educação de Base; planejamento pastoral - nós nos perguntávamos se seria bom aplicar a técnica do planejamento no âmbito pastoral; Maternidades - chegamos a ter de sete a oito maternidades para os pobres, funcionando em casas comuns; educação rural e também do ensino médio. Portanto, o Movimento de Natal era todo um aglomerado de iniciativas.

O que motivou a Campanha da Fraternidade, naquela época?

Nós pedíamos auxílio de dioceses de outros países. Eu achei que, para pedir com honestidade, poderia fazer um esforço para buscar, também, recursos locais. Aí surgiu a Campanha da Fraternidade. A primeira foi organizada por mim e

por Dom Heitor. Ele estava estudando na Europa e, voltando de férias, da Alemanha, me trouxe um material da MISEREOR, mostrando como promoviam as campanhas. Eu e ele nos sentamos e vimos como promover algo semelhante para a Diocese do Rio Grande do Norte. Primeiro, foi só em Natal. No ano seguinte, foram 16 dioceses e, no terceiro, passou para a CNBB, em nível nacional, e já eram mais de 50.

Qual é a avaliação que o senhor faz, hoje, da Campanha da Fraternidade?

Altamente positiva, porque não era só para a atividade financeira. Mas, aproveitar a oportunidade para a divulgação e despertar no povo a colaboração para com as obras da Igreja. Nós deveríamos provocar, também, um crescimento na fé através do estudo de um assunto. Isso a CNBB faz hoje para o Brasil inteiro e é um movimento altamente positivo, porque educa primeiro, depois contribui. Portanto, é uma iniciativa vitoriosa, que beneficiou o país todo e beneficia, ainda.

Por que decidiu instalar uma Rádio - a Rádio Rural - e direcionar a programação diretamente para o meio rural?

Nas diversas viagens que eu fazia eu pude perceber a importância dos meios de comunicação social. Por que para o meio rural? Porque as pessoas do meio rural eram mais pobres. As que moravam na cidade tinham possibilidades várias. Havia uma experiência de alfabetização pelo Rádio, na Colômbia, com a Rádio Sutatenza. Eu fui lá, conhecer. A ideia era utilizar a Rádio para alfabetizar. Portanto, a Rádio se destinava

mais ao meio rural, porque era o meio mais carente e se precisava resolver o impasse da distância e da quantidade de escolas e de professores. No rádio, só precisaria de um professor. E, em cada comunidade, havia uma pessoa (o monitor) que distribuía o material e acompanhava. Há pouco tempo, celebrando em Natal, conversei com um Padre que tinha trabalhado nisso, e ele me disse que uma pessoa que havia feito pós-graduação em São Paulo tinha aprendido a ler e escrever nas Escolas Radiofônicas. A escola não tinha o objetivo de só ensinar a ler e escrever, mas também de transmitir a cultura e ver como as pessoas também pudessem crescer. No primeiro bloco de escolas radiofônicas havia 300 escolas, através de 300 rádios receptores, que só captavam a Rádio Rural. O objetivo era só educacional e de assistência à Missa. Eu celebrava na catedral e era ouvido em 300 ou mais lugares. As escolas fizeram um bem muito grande porque, depois, as pessoas podiam fazer o ginásio e prolongar os estudos. Muitas pessoas que foram alfabetizadas nas escolas radiofônicas se formaram, depois.

O Serviço de Assistência Rural - SAR - visou beneficiar o homem do campo. A Igreja também incentivou o associativismo, o sindicalismo, o cooperativismo, formação de lideranças rurais, semanas rurais, todos voltados para o campo. Por que tantas ações voltadas para o campo?

A causa, no fundo, é a mesma. Na cidade há muitos recursos. No interior não tem recursos. Então, precisávamos aglomerar, reunir, cuidar da promoção pelo

associativismo, porque não havia quase nada nesse sentido. Havia cerca de seis a sete sindicatos rurais no Brasil. E praticamente era vetada a criação de associação rural, porque havia o medo do comunismo. E eu insisti. Fui até o Presidente da República, argumentar. Criamos a primeira federação do meio rural. Foi no Rio Grande do Norte. Depois, veio a Confederação Nacional. Mas não havia os sindicatos rurais e nem era possível criar os sindicatos, porque o governo não favorecia. Mas a Igreja entrou com seu apoio moral, prestígio moral, para insistir, porque, através do associativismo, há a proteção da pessoa. No começo, o sindicato era na casa paroquial, porque não havia dinheiro nenhum. Mas, depois da criação, começamos a tirar da casa paroquial para não ficar dependente da Paróquia, porque não era coisa da Igreja. A Igreja dava o apoio moral para superar as dificuldades e surgir. Mas, uma vez que surgiu, a Igreja deve continuar dando apoio moral, mas não deve se imiscuir num assunto que não era atribuição direta da Igreja. Então, esse plano funcionou. Hoje, temos a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, mas tudo começou em Natal. As aulas sobre sindicalismo também eram dadas pelas Escolas Radiofônicas. Quando veio a revolução, houve um pavor inicial. Eu me lembro que, em maio de 1964, eu fiz uma reunião dos Sindicatos Rurais. Apenas três haviam fechado as portas, com a vinda da revolução. Os outros resistiram e provaram que não eram nada de comunismo. Era apenas o exercício de um direito que se tem de promover o crescimento do homem do campo, tanto quanto dos da cidade.

Naquela época, foram criadas várias maternidades nas paróquias do interior. Por que essa preocupação da Igreja?

Pela mesma razão das escolas radiofônicas e dos ginásios. Na capital havia onde a mulher dar à luz; no interior não havia possibilidade, porque não havia maternidade para o pobre. Eu me lembro que, quando padre novo, em Nova Cruz, fui atender uma mulher que morria de parto. Não havia assistência suficiente. Então, a maternidade não podia dar médico, mas havia a mulher que fazia o parto. Se ela fosse aperfeiçoada, ela poderia dar muito mais frutos e evitar muito mais mortes. Então, criamos várias maternidades.

A história da Diocese de Natal tem o registro de uma ação pastoral mais organizada. Como surgiu o planejamento pastoral da Diocese de Natal?

São Paulo fez o planejamento do Estado. Vieram um sociólogo francês e um padre, de Paris, para lá. Eu também era professor da Escola de Serviço Social e estava convencido de que, com o conhecimento mais profundo, era possível aplicar a técnica, também, na Igreja. Mas, para isso, era preciso ver as técnicas nos lugares mais avançados. Então, as equipes encarregadas começaram a ver o planejamento na área civil. Deu certo? Sim! Então, as Dioceses começaram a fazer o seu planejamento para o ano. Eu me lembro que fiz o planejamento para a Diocese de Natal e, indo ao Rio, mostrei a Dom Hélder Câmara. Ele começou a ler e foi anotando data, local, metodologia a serem empregadas... Era um planejamento dentro de uma certa

técnica. Dom Hélder era um homem muito inteligente e, imediatamente, percebeu o alcance disto. Antes de terminar a leitura total, ele chamou, pelo telefone, a pessoa que cuidava do boletim mensal da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil para mandar publicar no boletim esse planejamento de Natal. Depois, ele promoveu uma reunião no Rio de Janeiro para fazer o planejamento nacional.

O senhor participou do Concílio Vaticano II. Como foi essa participação?

Eu participei do Concílio de forma total. O Concílio tinha suas comissões para compor os documentos. Além das sessões do Concílio, eu participei de três documentos, entre os quais o Inter Mirifica, que trata dos Meios de Comunicação Social, e das comissões que elaboravam as intervenções ao texto básico. Para mim, o Concílio foi uma grande abertura. No Movimento de Natal havia aquele grupo de padres que se preocupava com as coisas da Igreja. E Dom Alair sempre perguntava: Será que estamos fazendo o que a Igreja quer? E eu dizia que sim, porque tudo estava fundamentado nos documentos que vinham da Santa Sé. Com o Concílio, isso se abriu e veio essa mudança profunda no mundo.

Antes do Vaticano II, Natal inovou com a nomeação das Irmãs Vigárias. Houve reação de algum setor da Igreja, de bispos ou arcebispos a essa ação?

Reações, eu não observei diretamente nada. As freiras já tinham uma educação mais aprimorada, evidentemente. E, no interior, não se podia aumentar, do

dia para a noite, o número de padres. Então, fiz a primeira experiência em Nísia Floresta. A Congregação veio, assumiu a Paróquia e o povo ajudava na manutenção. Na matriz, todas as noites, as freiras faziam oração e o povo ia. Nem todos os domingos havia missa, porque não havia padres. Então, se fazia a leitura do texto da Bíblia, para o domingo. A experiência era feita por, pelo menos, três freiras. A experiência foi se espalhando e valorizando, também, a participação do leigo. Eu pedi, também, ao Santo Padre, o Papa Paulo VI, autorização para as freiras darem a comunhão. Isto era uma coisa inacreditável, naquele tempo. Então, o Santo Padre deu a autorização. Mas, da forma como foi dada, não resolveu a situação, porque só podia dar a comunhão três dias antes e três dias depois da visita do Padre. Ora, o Padre ia à Matriz uma vez por mês. Então, nunca havia a oportunidade das freiras distribuírem a comunhão. Voltando a Roma, fui novamente ao Santo Padre e lhe disse que, como foi feito, não ia resolver. E expliquei o porquê. Então, o Santo Padre deu a autorização e até assinou esse documento. Isso, depois, se espalhou por toda parte e hoje é um benefício enorme.

Voltando um pouco no tempo: por que o menino Eugênio Sales decidiu ser Padre?

Eu fui aluno do Colégio Marista de Natal e os maristas preparavam muito bem as aulas de catequese. Então, surgiu a ideia de ingressar no Seminário. Meu pai foi ao Diretor falar sobre a minha entrada no Seminário. Mas eu ainda não havia terminado o ginásio. O irmão marista, ponderando tudo, achou melhor que eu terminasse. Meu pai

aceitou e eu terminei. Mas meu pai morreu antes de eu terminar o ginásio. Nesse meio tempo, houve um intervalo. O meio rural me marcou muito e eu queria ser agrônomo. Mandeí buscar o material de exame para o vestibular. Mas, nesse ínterim, eu disse que queria ser Padre. Minha mãe concordou e eu entrei no Seminário, em Natal. Depois, fui estudar em Fortaleza-CE. Até hoje nunca me arrependi da decisão.

O senhor enfrentou uma época difícil, com o governo militar. Como foi essa convivência?

A convivência não foi sempre fácil. Mas foi, sempre, frutuosa. Mas eu marquei muito a posição: o que é da Igreja e o que é do Estado. Nem eu devo interferir no Estado e nem o Estado deve interferir na Igreja. Tanto que, por onde eu passei, que eu me lembre, nenhum Padre foi preso, nem em Natal, nem na Bahia, nem no Rio de Janeiro. Um até chegou a ser preso, mas foi solto no mesmo dia. Eu fui lá e soltaram, sem lavar o ato de prisão. Portanto, foi feita, assim, uma divisão de valores. Foi um tempo difícil, eu emagreci uns três quilos, eu me lembro bem. No Rio, vinham muitas pessoas, milhares: tupamaros, montoneros, argentinos, uruguaios, paraguaios, bolivianos, chilenos... Mas eles vinham de fora para daqui, tomarem outro destino. Eu me lembro que um dia eu estava no Palácio São Joaquim quando Cândido Mendes me procurou e disse que havia um tupamaro ou montonero - esses eram comunistas - pedindo abrigo. Eu disse: você acolha, por hoje, que amanhã a gente resolve. Eu estava na sala, diante de um Crucifixo grande, e disse a mim mesmo: pelas leis de

meu país, eu não posso abrigar. Mas, pela lei de Deus eu devo atender, porque é um filho de Deus. Então, eu mandei atender a todos que viesse. Mas, também, tomei medidas. Peguei o telefone oficial do Primeiro Exército - era uma pessoa que eu conhecia - e disse: quando chegar aí alguém dizendo que estou, na minha casa, recebendo comunistas, eu quero dizer a você que fui eu que recebi. Eu não pedi, eu disse. Era uma forma de prevenir, porque eu sabia que ia chegar muita coisa no ouvido dele. Agora, essa gente, depois, embarcava para outro país. Aqui, era só uma transição e o governo fazia de conta que não sabia. Até a UNESCO contribuía, com o fornecimento de apartamentos, alugados, portanto, ajudando financeiramente. Mas, no começo, era só com dinheiro local. Mas eles ficavam só enquanto as Nações Unidas, com o Cândido, aqui, promovia a aceitação por algum país. Havia alguns que não eram católicos, eram até comunistas, mas para mim eram filhos de Deus e era um dever meu promover ajuda a quem estava desamparado.

Há algum fato desse período - no atendimento a estas pessoas e na convivência com o governo militar - que tenha feito o senhor se arrepender?

Não. Naturalmente, os militares da chamada linha dura, eram contra. Mas eu não pedia a ninguém. Apenas expliquei que estava agindo certo. Era visto que eu dava proteção, mas não estava apoiando as ideias da pessoa. Mas, eles nunca reagiram. Claro que eu não conseguia tudo. Mas, como havia um bom relacionamento - divergindo de ideias, mas sem atacá-los - foi

possível ajudar muita gente.

O senhor passou mais de 30 anos governando a Arquidiocese do Rio de Janeiro. Conte-nos esta experiência.

Foi uma experiência muito boa, porque eu não tive dificuldades maiores, aqui no Rio. É uma cidade complexa, mas havia um clero estável e muito bom e, grande parte, formado por mim. Aqui, a Arquidiocese tem muitos padres novos. Marcamos uma taxa de ordenação. Eram quatorze ordenações, por ano, taxa alcançada após alguns anos. Houve um ano que eu ordenei 120 Padres. Noutros, 15, 16, 18... Havendo trabalho vocacional não faltam vocações.

No Rio de Janeiro houve controvérsia sobre Teologia da Libertação e a tradicional. E o senhor veio de dioceses - Natal e Salvador - onde assumiu ações muito avançadas. Por que, aqui, às vezes, o senhor era "nomeado" de tradicional?

Acho que porque eu não fazia o que achava que não devia fazer, isto é, ir pra rua fazer um comício contra o governo. Nada disso era feito e nem permitia que os Padres fizessem. Então, quem pensa diferente acha que eu sou

conservador. Eu não sou nem conservador nem avançado. Eu sou ministro de Jesus Cristo. É muito delicado, distinguir uma coisa da outra, mas creio que com a busca honesta e com trabalho, podemos conseguir. Por exemplo, reforma agrária. Fizemos reforma agrária em Punaú, no Rio Grande do Norte. Ali, a Diocese não tinha terreno. Mas conseguimos, com o então governador, Dinarte Mariz. Aí, dividimos o terreno. Eram 49 famílias que receberam casa boa, escola, maternidade, capela e não perguntei a religião de ninguém. Eu sempre combati a favor da reforma agrária. Nesse ponto, eu era avançado. Mas, a reforma agrária está dentro da doutrina da Igreja. Portanto, era até uma obrigação minha. Mas é difícil, porque, quem quer obter aplausos faz o que está no gosto do povo. Eu não procurava agradar nem desagradar. Procurava ser o que Deus quer que eu seja.

Uma mensagem em relação aos 100 anos da Diocese de Natal.

Que fortifique, cada vez mais, a esperança e a confiança no futuro e o serviço à Igreja de Deus, não como nos agrada, mas como o Santo Padre orienta. Isto, 100 anos de fidelidade a Roma, nos seus ensinamentos, e continuar com esta fidelidade. Passam os Papas, mas fica a Igreja de Deus.

